JORNAL
CIDADES
Comunicação direta com os municípios do RS

AVIAÇÃO

Voos binacionais em Rivera dependem de postos da Receita e da Polícia Federal

Marcus Meneghetti
Especial para o Jornal Cidades

AEROPUERTOS URUGUAY/DIVULGAÇÃO/CIDADES



Com o uso binacional, o aeroporto de Rivera, na fronteira com o RS, pode receber voos conectando Porto Alegre e Florianópolis

Os voos binacionais compartilhados entre Uruguai e Brasil no Aeroporto Internacional Presidente General Oscar Gestido, localizado na cidade uruguaia de Rivera, enfrentam duas pendências por parte das autoridades brasileiras: a criação de um posto da Receita Federal e outro da Polícia Federal no local. Os voos beneficiariam o município gaúcho de Santana do Livramento – que forma a chamada Fronteira da Paz junto com Rivera.

Segundo o prefeito de Livramento, Evandro Gutebier, a implementação dos postos da Receita e da PF vai permitir a criação das rotas aéreas de Rivera a Porto Alegre e Florianópolis. Também são considerados voos de Rivera a Montevidéu. "O funcionamento (binacional) do aeroporto depende desse ajuste com a Polícia Federal, com a Receita Federal, além de alguns ajustes internos que estão sendo feitos. Afinal há um translado entre o aeroporto e o Brasil. Mas o tratado para ser um aeroporto internacional de uso binacional já existe", comentou Gutebier.

Em 2023, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Dirección Nacional de Aviación Civil e Infraestructura Aeronáutica (Uruguai) assinaram o acordo para o uso binacional do aeroporto de Rivera. Outros termos de cooperação foram firmados posteriormente entre os dois países.

Uma das definições é que empresas aéreas brasileiras podem operar no terminal uruguaio. Além disso, segundo a Resolução nº 727/2023 da ANAC, os voos de empresas brasileiras para Rivera pagarão as mesmas tarifas aeroportuárias de embarque e conexão cobradas de voos domésticos no Brasil.

Segundo Gutebier, a empresa brasileira Azul e a paraguaia Paranair já manifestaram interesse nas rotas aéreas conectando Rivera a Porto Alegre e Florianópolis, e Rivera a Montevidéu. Entretanto, a Azul afirmou que ainda não há previsão para o início dos voos. "A Azul, como empresa competitiva, acompanha permanentemente os movimentos do mercado. Porém, no momento, não há previsão de voos ligando Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC) a Rivera, no Uruguai", comunicou a assessoria da empresa por e-mail, ao ser questionada pela reportagem.

O prefeito de Santana do Livramento projeta que os voos binacionais trarão dois benefícios à cidade: o aumento do turismo e a atração de empresas. Segundo a prefeitura, o município recebe cerca de 20 mil turistas por semana. Entre as atrações locais, estão os free shops, o Trem do Pampa, pontos turísticos ligados ao tradicionalismo gaúcho e o Obelisco da Praça Internacional (que marca o ponto exato onde termina o Brasil e começa o Uruguai).

"Temos 500 quilômetros entre Porto Alegre e Santana do Livramento, e Montevidéu e Santana do Livramento. Então, precisamos do aeroporto para que possamos receber mais gente. Além disso, existem algumas empresas querendo se instalar na cidade. Os executivos não querem levar seis ou oito horas de locomoção (de ônibus entre as capitais e a cidade)", analisou Gutebier.

O aeroporto de Rivera passou por uma grande reforma em 2023, quando recebeu cerca de US$ 13 milhões em investimentos. Quando foi reinaugurado, o presidente uruguaio à época, Luis Lacalle Pou, assinou com o governo brasileiro um termo para que o terminal fosse, de fato, binacional. Na ocasião, a Azul Linhas Aéreas anunciou uma linha entre Porto Alegre e Rivera, mas a operação não chegou a ser iniciada.

CLIMA

Municípios do Vale do Caí e da Serra aderem ao edital do Estado para manutenção de sistemas antigranizo

Vinte cidades da Serra gaúcha e Vale do Caí aderiram ao edital da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) para apoio à manutenção e à operação de sistemas antigranizo. A iniciativa prevê o cofinanciamento estadual de despesas para manter os equipamentos em funcionamento e ampliar a proteção das áreas agrícolas contra os prejuízos provocados por eventos de granizo.



Iniciativa foi estruturada a partir de demandas de municípios produtores de uva

Os municípios inscritos são Campestre da Serra, São Marcos, São Vendelino, Pinto Bandeira, Fagundes Varela, Veranópolis, Bento Gonçalves, Farroupilha, Vale Real, Antônio Prado, Boa Vista do Sul, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Monte Belo do Sul, Coronel Pilar, Vila Flores, Santa Tereza, Nova Roma do Sul, Alto Feliz e Nova Pádua.

As propostas passarão por análise técnica e documental da Seapi. A previsão é de que essa etapa seja concluída até 2 de dezembro.

O edital prevê o cofinanciamento de 20%, 25% ou 30% dos custos anuais de manutenção dos sistemas, conforme a pontuação obtida por cada município no processo de seleção. Os valores dos convênios poderão variar de R$ 50 mil a R$ 1 milhão por município.

A iniciativa será viabilizada por meio do Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura (Fundovitis). Os recursos poderão ser utilizados para aquisição de reagentes, monitoramento meteorológico e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

Os sistemas previstos no edital utilizam geradores terrestres de dispersão de iodeto de prata, tecnologia também adotada em Santa Catarina. A proposta é estimular uma rede integrada de distribuição dos equipamentos.

O programa prevê a destinação de até R$ 3,1 milhões por exercício, a partir de 2027. Os convênios terão vigência de cinco anos, com possibilidade de desembolso de até R$ 15,5 milhões no período. A implantação inicial da infraestrutura não está incluída no repasse estadual. Nesse caso, o Sicredi será parceiro da iniciativa e fará a doação dos equipamentos aos municípios.

A iniciativa foi estruturada a partir de demandas de municípios produtores de uva, a partir dos impactos do granizo na produção vitivinícola. O apoio estadual busca também compartilhar com as prefeituras os custos de manutenção da estrutura.